

GAZETA MERCANTIL

Terça-feira, 23 de janeiro de 1990

Concordamos em que os problemas das dívidas externas dos países da América Latina não podem ser negociados em bloco, dadas as especificidades das economias de cada um dos países devedores. E esta é a linha que o presidente eleito, Fernando Collor de Mello, pretende adotar, como tem declarado repetidas vezes. Mas, sem dúvida, as negociações a serem conduzidas por cada país do continente devem inserir-se dentro de um programa amplo que defina, em grandes linhas, a posição dos bancos credores privados e das instituições financeiras internacionais.

Nesse sentido, o Plano Baker, lançado na reunião conjunta do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial em Seul, em 1985, representou um avanço. Mas as suas falhas são hoje universalmente reconhecidas ao atribuir o papel principal para a solução dos problemas de endividamento às instituições internacionais, na expectativa de que estas pudessem vir a articular-se com os bancos credores privados. Como isso não aconteceu, os recursos mobilizados por aquelas instituições no período 1986/1988 mostraram-se claramente insuficientes para proporcionar uma verdadeira saída para os países endividados.

A extensão da “moratória branca”

O Plano Brady, patrocinado pelo governo George Bush, também representou um progresso, fundamentando-se na premissa de que seria necessário encontrar meios práticos para que os países em desenvolvimento pudessem vir a diminuir o estoque de suas dívidas acumuladas.

Na ausência também de apoio por parte dos bancos credores privados, o Plano Brady até hoje não conseguiu obter resultados significativos. O fato é que, desde o estancamento do fluxo de empréstimos em 1982, a crise do endividamento dos países latino-americanos vem continuamente se acentuando, não obstante as pesadíssimas transferências líquidas de recursos que essas nações têm feito para remunerar as suas dívidas.

Esse processo, evidentemente, tem um limite. Conscientes de que a geração de excedentes comerciais de grande magnitude sempre exige sacrifícios internos e afinal não corre para que se chegue a um entendimento construtivo com os credores, a grande

maioria dos países latino-americanos tem sido levada a moratórias não declaradas, procurando, no máximo, cumprir seus compromissos com as instituições internacionais e pagar os juros relativos às linhas de curto prazo ou financiamentos comerciais.

Com efeito, de acordo com estudo recém-divulgado da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), somente cinco entre dezenove países da região estão pagando em dia os seus compromissos externos. Os restantes catorze, para usar a expressão do professor Hugh O'Brien, da Universidade de Glasgow, na Escócia, optaram por uma “moratória branca”, isto é, criaram uma situação de fato acesar a remessa dos encargos da dívida, mas sem que isso represente um rompimento com os credores. É importante também notar que, dos catorze países em atraso, entre os quais se inclui o Brasil, cinco não estão pagando nem mesmo as instituições multilaterais, como o Banco Mundial (BIRD) e o FMI.

Isso, porém, não significa que a transfe-

rência líquida de recursos se tenha reduzido a níveis insignificantes. Segundo ainda a Cepal, os países do continente transferiram em 1989 para os bancos credores um total de US\$ 25 bilhões, ou seja, 3% de seu Produto Interno Bruto (PIB) conjunto. As exportações não deixaram de crescer, registrando um incremento de 9% no ano passado, mas a alta dos juros internacionais absorveu US\$ 4 bilhões a mais em 1989 em relação ao ano anterior.

Bastam esses números para mostrar a dramaticidade do quadro, que justifica plenamente uma “moratória branca”, para a qual, segundo o professor O'Brien, a América Latina foi empurrada “não como resultado de uma estratégia intencional, e sim de uma crise de confiança”. Enquanto essa confiança não for restabelecida — e há sinais de que a situação se agrava, como, por exemplo, o aumento da taxa de risco nos empréstimos comerciais do Eximbank dos Estados Unidos a países como o Brasil e a Argentina —, o relacionamento do continente com os credores tenderá a ser o mesmo. O que os latino-americanos não podem é simplesmente deixar de crescer em função de constrangimentos causados por suas dívidas externas.